

Maria Luísa Seabra Marques de Azevedo

MOÇARABISMO E TOPONÍMIA EM PORTUGAL



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

MOÇARABISMO E TOPONÍMIA EM PORTUGAL

AUTOR

MARIA LUÍSA SEABRA MARQUES DE AZEVEDO

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA
SUSANA PATRÍCIO MARQUES

ISBN

978-972-623-266-7

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2015

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

MOÇARABISMO E TOPONÍMIA EM PORTUGAL

Maria Luísa Seabra Marques de Azevedo

Resumo

Apesar da distância temporal, é ainda possível seguir o rasto das comunidades moçárabes que, no *Al-Andalus*, se cruzaram com outros povos e culturas.

Esta interação manifesta-se na língua, sobretudo na toponímia, onde a influência moçárabe se revela com maior extensão e vitalidade.

De facto, a diversidade tipológica dos nomes de lugar moçárabes ultrapassa largamente as características mais frequentemente mencionadas — conservação de -N- e -L- intervocálicos e aglutinação do artigo árabe *al* — e, além disso, eles não só estão presentes no Centro e no Sul do nosso território, mas ultrapassam a linha do Mondego, estendendo-se mesmo para norte do Douro, ao contrário do que até há pouco se supunha.

Através da análise da toponímia moçárabe é, assim, possível conhecer algumas das características dos dialetos falados no nosso território antes da formação do galego-português.

Abstract

Despite the time distance, it is still possible to follow the trail of the Mozarabic communities that, in *Al-Andalus*, met other people and cultures.

This interaction is expressed in the language, where the Mozarabic influence is revealed to a greater extent and vitality in place names.

In fact, the typological diversity of the mozarabisms exceeds by far the three most frequently mentioned linguistic traces: conservation of intervocalic -N- and -L- and the agglutination of the Arabic article *al*. Besides, contrarily to previously assumed, these mozarabisms can be found not only in the centre and the south of our territory but even north of the Mondego River, crossing the Douro.

Considering Mozarabic place names it is thus possible to study some of the characteristics of the dialects spoken in our territory before the formation of the Galician-Portuguese.

O *Al-Andalus*: encontro de saberes e de culturas

Quando, em abril ou maio de 711, Tarique atravessou o estreito de Gibraltar e desembarcou no promontório do Calpe, D. Rodrigo, o último dos reis godos, reinava na Ibéria e, cerca de três anos depois, os árabes dominavam a Península.

Al-Andalus era o nome que os árabes davam à Hispânia — termo que aparece pela primeira vez num dinar cunhado em 716 e que, segundo a tradição escolar, se relaciona com os vândalos, pressupondo que a Bética se teria chamado «Vandalicia». Talvez o termo *Al-Andalus* esteja relacionado com o mito da Atlântida, criado ou veiculado por Platão, sendo, assim, a expressão *Jazirat-al-Andalus*, ‘a ilha de *Al-Andalus*’, usada no árabe clássico como ‘a ilha do Atlântico’ ou ‘a Atlântida’.

Para melhor se perceber a rapidez do domínio árabe, é necessário atentar numa série de fatores: por um lado, a debilidade, a falta de coesão e de um comando hábil por parte do estado visigodo e, por outro, a quase indiferença dos povos das várias regiões conquistadas. De facto, a instabilidade político-social e o clima de guerra civil que se vivia terá até levado algumas figuras proeminentes da sociedade goda a encorajar os árabes a entrarem na Península. Alguns autores consideram mesmo que não terá havido propriamente uma “conquista” árabe, mas sim uma ocupação, conseguida com base na entrega espontânea das terras e no acordo — motivado, em grande parte, pela vitalidade e pelo carácter inovador da civilização muçulmana.

Assim, na Hispânia, passaram a coexistir cinco grupos etnicossociais: os *baladiyyim*, provenientes da Arábia, senhores tanto na Ibéria como no norte de África; os *mouros* ou *berberes* da Mauritânia, eles próprios conquistados pelos árabes e parcialmente islamizados; os *muwalladim* [*muladis*], hispano-godos convertidos ao islamismo; e os *judeus*, com os mesmos direitos que os *moçárabes*: hispano-godos ou hispano-romanos submetidos ao domínio muçulmano, mas não assimilados, que viviam em comunidades separadas e dispunham de instituições e autoridades próprias.

O termo *moçárabe* é, aliás, derivado de um particípio árabe, *must'arab* ou *mustarib*, que significa ‘submetido aos árabes, arabizado’.

A toponímia atesta esta convivência, que se prolongou muito para além das datas comumente definidas como balizas históricas, pois estas populações continuaram entre nós, numa frutuosa coexistência, muito depois de 1249 (conquista do Algarve) ou de 1496 (édito de expulsão dos judeus de Portugal).

De facto, são centenas os topónimos que testemunham a presença de *mouros* e *sarracenos*, de norte a sul do país: *Vilar de Mouros* (Caminha), *Eira dos Mouros* (Monção), *Mourosas* (Cinfães), *São Martinho de Mouros* (Resende), *Meda de Mouros* (Tábua), *Cova dos Mouros* (Palmela), *Horta dos Mouros* (Almodôvar), *Azinhais dos Mouros*, *Esteval de Mouros* (Loulé), *Cerro dos Mouros* (Silves), *Presa dos Mouros*

(Lagoa), *Moura*, *Cabeço da Moura* (Tomar), *Mourão*, *Mouraria* (Caldas da Rainha, Albufeira), *Vale de Moura* (Évora, Santarém), *São Pedro de Sarracenos* (Bragança), *Serrazim* (Vila Verde), *Serrazina* (Oliveira de Azeméis, Condeixa-a-Nova) ...

A “pegada” dos *mollites*, ou seja, dos *muladis* está igualmente marcada nos nossos nomes de lugar: *Moldes* (Arouca, Paredes de Coura, São Pedro do Sul, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão), *Cela de Moldes* (Arouca) e *Torre de Moldes* (Barcelos).

Também os *judeus* nos legaram vários topónimos: *Judeu* (Loulé), *Malhada do Judeu* (Faro), *Malhada dos Judeus* (Moura), *Monte do Judeu* (Moura, Serpa, Fronteira), *Monte dos Judeus* (Arronches, Castelo Branco), *Porto Judeu* (Penela, Monchique), *Vale de Judeus* (Setúbal), *Vale Judeu* (Loulé), etc.

E a presença das populações moçárabes está ainda assinalada na toponímia — *Casal da Monservia* (Loures), *Casal de Monservia* (Sintra), *Moçarria* (Santarém), *Monçaravia* (Alenquer), *Monsarros*, *Vila Nova de Monsarros* (Anadia), *Monte de Monçarves* (Viana do Alentejo) — e na antroponímia antiga: *Maria Mozaraba*, *Petrus Mosarabe* (1167), *Dominicus Mozaravinus* (1232).

Durante esta longa convivência, a vida dos moçárabes não foi linear e os historiadores costumam distinguir três grandes momentos.

O que medeia, *grosso modo*, entre a invasão muçulmana (711) e a submissão de Toledo (932), com a conservação da fé cristã e a manutenção de uma certa vitalidade e até de alguma superioridade da cultura românica sobre a árabe (especialmente nos centros urbanos), sendo os dialetos românicos moçárabes largamente utilizados tanto pelas populações cristãs como pelos muçulmanos.

Depois o de estagnação, que termina com a perseguição das populações moçárabes pelos almorávidas (1099) e no qual quase se extingue o espírito nacionalista cristão, mas não os idiomas românicos — veículos de comunicação oral privilegiados entre as populações cristãs-moçárabes — nem o latim, que continuou a ser usado nos documentos escritos.

Por último — consequência da intolerância dos almorávidas e, mais tarde, da invasão sanguinária dos almóadas (1146) —, o da emigração rumo ao Norte ou da deportação para África de muitos que não conseguiram refúgio atempado em território cristão.

Os primeiros séculos foram, portanto, importantes pela sua relativa tranquilidade: as populações que se convertiam ao islão ou se rendiam e pagavam impostos eram tratadas com uma certa tolerância, estabelecendo-se entre elas e a administração sarracena pactos que estipulavam condições de paz e coabitação.

Estes acordos consignavam a conservação e posse de propriedades, bem como a manutenção do *Liber judicum* ou *Codex Gothorum*, que lhes permitia continuarem a reger-se pelas leis visigóticas e lhes proporcionava alguma autonomia política e governativa: elegiam um governador, o *comes* ou *conde*, que era auxiliado por outros funcionários como o *alcadi* ('juiz'), o *zavalmedina* ('perfeito da cidade'), o *almotacém* ('fiel de pesos e medidas') e o *almoxarife* ('encarregado da fazenda').

Uma vez que o Corão incitava os muçulmanos a respeitarem os «povos do livro», ou seja, os membros de outras religiões monoteístas que seguem a Palavra escrita, muçulmanos, cristãos e judeus conviveram e dialogaram, tendo mesmo chegado a existir locais de encontro teológico, onde expunham e escutavam pontos de vista e argumentos.

Assim, os cristãos moçárabes puderam venerar os seus santos (Santa Maria, S. Vicente, S. Brás, S. Cucufate, S. Sisenando, S. Manços, Santa Iria, S. Paio, S. Mamede...), manter uma certa hierarquia eclesiástica (com várias dioceses a conservarem os seus bispos) e continuar a praticar a sua liturgia hispânica.

Depois da romana, esta é a mais documentada das liturgias latinas. Acompanhada pelo cantochão moçárabe, é constituída pelo conjunto de fórmulas e celebrações litúrgicas desenvolvidas na Península pelos cristãos, desde o período visigótico até ao século XI, e apresenta particularidades bem definidas, quer na ordem do calendário, quer no desenvolvimento das cerimónias, sobretudo no que respeita à missa e ao seu cânone: conservam-se orações antiquíssimas, desaparecidas da liturgia romana, e, para a consagração, adota-se a narrativa da instituição eucarística segundo S. Paulo, tal como nas liturgias orientais.

A liturgia moçárabe continua viva na Sé Velha de Coimbra, onde, em certas ocasiões, se celebra missa no rito hispânico. As últimas de que tenho memória ocorreram em 15 de novembro de 2008, para comemorar os 500 anos do retábulo gótico da catedral, e em 9 de julho de 2014, em evocação dos 950 anos conquista da cidade aos mouros e dos tempos de D. Sesnando como governador moçárabe do Condado de Coimbra.

Em termos socioculturais, algumas comunidades moçárabes salientaram-se pela sua dimensão e pelo seu peso. Foi o caso das alentejanas (Beja, Elvas e Viana do Alentejo), das estremenhas (Santarém, Óbidos, Alenquer, Sintra e Leiria) e, sobretudo, das algarvias (Faro, Tavira, S. Brás de Alportel e Cabo de S. Vicente), das beirãs (Coimbra, Lorvão, Vacariça, Anadia, Lafões, etc.) e das lisboetas.

Como refere Cláudio Torres (1993: 407-408), *se até meados do século X a maioria da população andaluza não era muçulmana, podemos facilmente concluir da importância e extensão do fenómeno moçárabe.*

Estas comunidades falavam, na sua maioria, os idiomas românicos tradicionais e, simultaneamente, o árabe — a língua do poder e da administração. Esta situação de bilinguismo e diglossia — coexistência e utilização de duas línguas em situações linguísticas e comunicativas funcionalmente diferenciadas — possibilitou, por um lado, a permanência de numerosos moçarabismos e, por outro, a entrada e a fixação de arabismos.

Aliás, tendo em conta que os mecanismos de difusão civilizacional passam sobretudo pelos intercâmbios pacíficos do comércio, do convívio e dos contactos humanos, é natural que, muito antes da ocupação do século VIII, a língua árabe tenha dado os seus primeiros passos peninsulares pela mão de mercadores judeus e de outros grupos de orientais há muito radicados no Ocidente.

Nas zonas onde houve uma população significativa, o árabe instalou-se, primeiro como língua franca, acompanhando o percurso e a fixação destes mercadores nos portos marítimos e fluviais e noutros centros urbanos; depois, conviveu com os idiomas românicos para, durante os séculos X e XI, se afirmar, ao lado do latim, como língua culta e literária, sobretudo entre a população citadina culta.

Mesmo após a Reconquista, muitos milhares de árabes ficaram entre nós, uns como escravos, outros como forros ou livres. Afonso Henriques deu carta de *fidelitatis et firmitudinis* às comunidades de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer do Sal, tendo essa política sido continuada nos reinados seguintes: a partir do reinado de D. Pedro I, os mouros continuaram a residir na periferia das cidades, nas cerca de vinte *mourarias* ou *aljamas*, de que há notícia nos séculos XIV e XV.

Assim, esta longa convivência tornou inevitável a entrada de numerosos arabismos na língua portuguesa, calculando-se que constituam cerca de 8% do nosso léxico.

Alguns são hoje sentidos como arcaísmos (*alcáçova*, *adarga*, *alfobre*, *ataúde*, *alvíssaras*, *ginete*, etc.) ou usam-se apenas em expressões como *rebate* falso, tocar a *rebate*, torre *albarrã*, estar de *atalaia*, cavalo *ajezado*...

Outros permanecem em decalques semântico-sintáticos — *amanhecer bem disposto*, *olhos de água*, *cor aberta / fechada*, *se Deus quiser!*, *só Deus sabe!*, *esta casa é sua!* / *esta casa está às suas ordens*... — e em fórmulas de bênção: *que Deus guarde*, *que Deus haja*, *que Deus salve*, *que Deus defenda*...

A toponímia é uma das áreas onde os arabismos abundam: *Afife*, *Albufeira*, *Alcalamouque*, *Alcântara*, *Alcaria*, *Alfandaque*, *Algar*, *Algarve*, *Aljube*, *Aljuriça*, *Almaça*, *Almançor*, *Almedina*, *Almofala*, *Alvaiázere*, *Arriñana*, *Arzila*, *Azurara*, *Caria*, *Belazaima*, *Loulé*, *Machede*, *Meleças*, *Queluz*...

Entre os arabismos "vivos" na nossa língua, há que estabelecer uma distinção entre os que são de uso geral em todo o país, integrando o léxico comum de todos os falantes — *açúcar, albarda, alcatifa, alcatrão, aldeia, alecrim, alface, alfaiate, alguidar, alicerce, almofariz, andaime, armazém, arroz, azeite e azeitona, cenoura, enxoval, garrafa, jarra, laranja, limão, papagaio, refém, samarra, tremoço, xadrez, xarope...* — e os que se encontram geográfica ou socioculturalmente circunscritos. Assim, existem arabismos de uso corrente no Centro e Sul do país que são praticamente desconhecidos dos falantes do Norte: *algar, açoteia, adiafa, algeroz, alveitar, saguão...* Por outro lado, há aqueles que, apesar de não serem utilizados de forma generalizada no Norte, o são por parte de falantes mais escolarizados: *acepipe, açude, alfaia, chafariz, lezíria, etc.*

Termos árabes e latinos de significados próximos passaram a coexistir, o que obrigou a uma reorganização lexical acompanhada de especialização semântica, como é o caso dos seguintes pares de palavras (a primeira árabe e a segunda latina): *açafate / cesto, achaque / doença, alcunha / apelido, almanaque / calendário, alforge / saco, almofada / traveseira, argola / anel, arrecada / brinco, enxaqueca / dor de cabeça, nora / engenho, tabefe / bofetada, tareia / pancada, sanefa / cortina(do).*

Mais tarde, com a expansão portuguesa no Norte de África e no Oriente, importaram-se novos termos de origem árabe, que vieram enriquecer o nosso léxico: *alfazema, âmbar, café, cetim, gergelim, nácar*, por exemplo.

Mas o cruzamento da tradição cultural romano-goda com a islamo-árabe não se restringe apenas à língua, estendendo-se também à literatura: as *muwaššahas* (em árabe ou em hebraico) eram composições líricas de temática amorosa (idêntica à das cantigas de amigo), cujas *jaryas* — versos finais que funcionavam como refrão — eram escritas nos dialetos moçárabes.

Além disso, foram muitos os poetas famosos que, ao longo dos séculos XI, XII e XIII, nasceram e / ou poetaram no território hoje português, de entre os quais se destacam Ibn ‘Ammar, Al-Mu’tamid, Ibn as-Sid, Ibn al-Mihil, Ibn Muqana e Ibn Bassam.

Estas interinfluências também se verificam na arte.

Os exemplares da arte moçárabe em Portugal não são muitos nem muito significativos, restringindo-se sobretudo a elementos decorativos e arquitetónicos fragmentários.

É o caso de uma porta moçárabe, no interior do antigo mosteiro de S. Jorge de Milreus (1084), em Coimbra, que localizei, fortuitamente, em 2005:



Fig. 1 - Mosteiro de S. Jorge de Milreus, Coimbra - Porta interior

Mas, entre nós, o exemplo mais notável é a igreja de S. Pedro de Lourosa da Serra (de 912), situada no concelho de Oliveira do Hospital:



Fig. 2 - Igreja de São Pedro de Lourosa - Vista geral (fachada principal)

Também os mudéjares — árabes que permaneceram nos territórios reconquistados — deixaram a sua marca na arte peninsular, influenciando cristãos e até estrangeiros, vindos para a Península seduzidos pelo estilo árabe.

De caráter híbrido, o mudejarismo é hoje considerado um movimento artístico hispano-muçulmano de raiz islâmica, que recorre a muitas técnicas e tradições muçulmanas, nomeadamente: a utilização do tijolo na construção das paredes; os arcos de ferradura, os ogivados e os de “pleno cintro”; janelas geminadas ou de ajimez; pavimentos de tijolo e / ou de azulejo; telhas vidradas e polícromas de inspiração oriental; ornamentação baseada em motivos florais estilizados e geométricos; e tetos de madeira concebidos segundo a técnica do *alfarge*.

O lavor de *alfarge*, também denominado *almoçárabe*, dominou, aliás, toda a arte decorativa de interiores em Portugal, desde a conquista árabe até ao primeiro terço do século XVIII. O *alfarge* recorre a processos técnicos especiais, sendo uma arte complexa no seu traçado geométrico, na utilização do azulejo e da cerâmica, no lavor variadíssimo do estuque, na obra de ferro e aço, na ourivesaria e no esmalte.

Também muitos alarifes mouros contribuíram com o seu trabalho em edificações civis e religiosas. É o caso da Sé Velha de Coimbra, que, numa das suas paredes exteriores, ostenta uma inscrição (já pouco nítida) que testemunha a dor de um dos seus construtores:

*Deixo isto escrito como recordação permanente do meu sofrimento.
A minha mão perecerá um dia, mas a grandeza ficará.*



Fig. 3 - Sé Velha, Coimbra - inscrição árabe (fachada exterior norte)

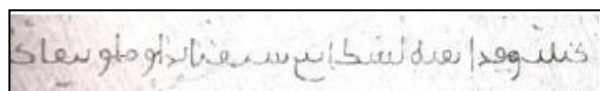


Fig. 4 - A mesma inscrição transcrita

Após a Reconquista, Afonso X, *o Sábio* (avô de D. Dinis) fundou em Toledo, em finais do século XI, um centro de tradução de textos árabes, que se transformou num

polo cultural importante, onde afluíam eruditos de toda a Europa em busca dos benefícios da profícua interação entre as culturas árabe, judaica e cristã.

Também Portugal beneficiou do domínio do árabe por cristãos moçárabes, como é o caso de João de Sevilha e de Lima, de São Frei Gil de Santarém e de Afonso Diniz de Lisboa, que nos deixaram muitas traduções árabo-latinas, sobretudo no domínio da filosofia e da ciência.

Somos, assim, direta ou indiretamente, herdeiros e beneficiários de múltiplos ensinamentos legados pelos árabes, nas mais diversas áreas: matemática (álgebra, trigonometria e geometria), astronomia (tabelas planetárias, astrolábio...), química (ácido sulfúrico, fabrico do sabão, técnicas de destilação...), medicina (desenvolvimento de instrumentos e técnicas cirúrgicas e de uma vasta farmacopeia...), pesca, salicultura, construção naval, indústrias extrativas (cobre, prata, estanho), pecuária (apuramento de raças), agricultura (irrigação, pomares, introdução de novos produtos), etc.

A nossa identidade linguística também se constituiu no caldeamento dos traços regionais de falantes do Norte, do Centro e do Sul, processo no qual as populações moçárabes desempenharam um papel fundamental:

A par da constituição de uma língua escrita, o avançar do português diversificado do Norte para a área moçárabe meridional possibilita o encontro que sintetizará, no eixo Lisboa-Coimbra, características linguísticas do Norte românico e do Sul românico-arabizado e permite que naquela área, por razões histórico-políticas, se sedimente um dialeto que ousaria chamar de cosmopolita: é Lisboa a cidade mais povoada, o primeiro porto e a porta para o mundo.

MATTOS e SILVA (1988: 9)

Moçarabismos, alguns traços linguísticos distintivos

Como já foi referido, as comunidades moçárabes eram muito numerosas e, além de dominarem o árabe, conservavam os seus idiomas românicos tradicionais — usados sobretudo em situações informais ou domésticas —, o que possibilitou a conservação de muitos nomes, sobretudo na área da toponímia e, particularmente, da toponímia menor, que, menos exposta à mudança e à influência da norma, é o domínio lexical mais conservador e estável, constituindo, portanto, uma das áreas onde os moçarabismos estão mais bem preservados.

São vários os traços linguísticos distintivos dos moçarabismos, por referência ao galego-português. Elencam-se aqui apenas os que estão presentes nos nomes de lugar selecionados e que se analisarão, seguidamente, de forma breve:

- Enfraquecimento do timbre das vogais finais ou apócope (‘queda’).
- Anaptixe: desenvolvimento de uma vogal entre consoantes.
- Africada palatal surda [ç] como resultado de CE / CI latino.
- Conservação de:
 - -N- e -L- latinos intervocálicos;
 - consoantes surdas intervocálicas;
 - grupos latinos CL- PL- e FL-.
- Condicionamentos dos nomes de origem latina pela fonética árabe:
 - imela ‘passagem de [a] tónico a [e] ou a [i]’;
 - evolução do grupo -ST- para [s] ou [z];
 - palatalização de [g] > [j];
 - sonorização de [p] > [b] em posição forte;
 - substituição da terminação -iz por -ique.
- Interferências morfossintáticas:
 - Aglutinação a uma base hispânica do
 - náçabe árabe (*i)ben*;
 - elemento árabe *wadi* > *ode* ‘água’;
 - artigo árabe *al*.

A propósito deste último tipo de aglutinação, convém esclarecer que o *l* do artigo se assimilava ao fonema inicial da palavra seguinte — resultando, assim, *a-* —, antes das consoantes *solares* hispano-árabes (as interdentais, dentais e pré-palatais oclusivas e fricativas), mantendo-se antes das *lunares* (as restantes consoantes).

Estas designações baseiam-se nos nomes árabes do Sol (*xams*) e da Lua (*qâmar*), que, em sintagma com o artigo, ocorrem como *axxams* (< *al* + *xams*) e *al qâmar*, respetivamente.

Topónimos moçárabes

Apresentam-se e analisam-se sumariamente alguns topónimos com os traços linguísticos supramencionados (sempre que se justifique, localizados por distrito; para uma localização mais específica / pormenorizada, pode consultar-se, entre outros sites de pesquisa: <http://www.mapadeportugal.net/pesquisa.asp>).

Abitureira(s), *Abutra* e *Abutre* (com diversas variantes e compostos) são nomes de lugar que se podem encontrar um pouco por todo o país.

Com aglutinação de *a(l)*, continuam o latim VULTŪRE ‘abutre’ (> *VULTRE > a-buitre > abutre), conhecendo-se as formas arcaicas *avuitor* e *avuitre* e, na toponímia, *Avuitoreira* (1220). Refira-se a existência dos topónimos *Bitureira* e *Vitoreira*, sem a aglutinação do artigo árabe.

Alandroal e *Barranco da Alandroeira* (Évora) assentam no nome da planta *loendro* (< LORANDRU, de *rhodendron*), a que se aglutinou *a(l)*.

A vegetação é um dos fatores importantes para a denominação dos lugares e, na verdade, na região abundam os alandros (‘arbustos ornamentais conhecidos por *cevadilha*’).

Alcácer (Setúbal, Évora), *Alcaçarias*, *Alcaçarinho* e *Cacela* (Faro) são topónimos românicos arabizados.

Os primeiros chegaram-nos através do árabe *qasr* ‘fortaleza, palácio’, representante do latim CASTRU ‘forte’, e evidenciam a aglutinação de *al* e a evolução do grupo -ST- para [s].

O último, também veiculado pelo árabe *qastallâ*, deriva do latim CASTELLU ‘posto militar fortificado’, diminutivo de CASTRU, tendo o grupo medial -ST- sofrido o mesmo tratamento, de que resultou [s].

Verifica-se este mesmo fenómeno — evolução -ST- > [s] — nos nomes de lugar *Monsarros*, *Moçarava*, *Monçarve*, *Monceravia* / *Monçaravia* e *Monservia* / *Monçarvia* < *must’arab* / *mustarib* ‘submetido aos árabes, arabizado’ — já referidos a propósito da “pegada” toponímica deixada pelas populações moçárabes no nosso país.

Calveiras da Granja (Beja), *Calvaria(s)* (Leiria), *Calves*, *Quinta de Calvel* (Lisboa) e *Calvino(s)* (Coimbra, Évora, Santarém) são representantes do latim CALVU, ‘calvo’, que, na nossa toponímia, se reporta, geralmente, a lugares de pouca vegetação, tal como sucede com a forma popular *covo* ‘lugar sem vegetação’ (registada como topónimo e como apelido). Os dois primeiros nomes continuam, mais especificamente, CAL(A)VARIA, ‘crânio’, nome também derivado de CALVU.

Todos conservam -L- intervocálico; *Calves* apresenta enfraquecimento do timbre da vogal final; *Calvel*, a apócope da vogal final do sufixo -*el* (< latim -ELLU); e *Calvino(s)*, a manutenção de -N- intervocálico no sufixo -*ino(s)*.

Alcolombal (Lisboa) e *Columbeira* (Leiria) são filiados no latim COLUMBARIU ‘pombal’ (de COLUMBA ‘pombo’). Ambos conservam -L- intervocálico, apresentando o primeiro também aglutinação de *al*.

Refira-se que se trata de uma família etimológica muito representada na Península Ibérica, como o comprovam as diversas formas — apelativos, antropónimos e topónimos — recolhidas por Simonet, no seu *Glosario: colóm, colómba, Colóm, Aben Colom, Abin-Colóm, Donna Colomba* ou *Columba, Colombáira e Coloméra*.

Feliteira (Lisboa), continuador de *FILICTU ‘feto’, também mantém o -L- intervocálico latino, ao contrário do que se verifica em *Feto(s), Fetal / Fetais, Feitada, Feteira, Feiteira, Feitos, Feitoso / Feitosa*, etc., nomes de lugar presentes um pouco por todo o país e que testemunham a abundância de fetos no nosso território.

O -L- intervocálico latino conserva-se ainda em **Grândola**, do latim GLANDULA, diminutivo de GLANDE ‘bolota’ e em **Mértola** — a *Myrtilis* latina, que constitui um importante documento da fonética do romance moçárabe pré-português e que assenta em MYRTUS ‘murta’ > *MYRTULA.

Como já foi referido, a vegetação (ou a falta dela) reflete-se frequentemente na toponímia e, sendo a *murta* uma planta abundante em Portugal, é natural que dela derivem numerosos topónimos: *Murtal, Murtede, Murteira(s), Murtosa...* Diga-se ainda, a título de curiosidade, que antes de a pimenta ser abundante entre nós, as bagas deste arbusto eram usadas para condimentar os enchidos; daí o português *mortadela* e *morcela*.

Outros dois nome de lugar relacionados com a flora são **Alenquer** (Lisboa) e **Alenqueres** (Évora), topónimos híbridos em que o artigo árabe é anteposto ao nome latino IUNCARIU ‘juncal’, locativo que, na época proto-histórica, se revestiria da forma *iunquerio* < *al-iunquerio.

Além da aglutinação de *al*, verifica-se a imela (neste caso, passagem de [a] tónico a [e]) e a apócope ou o enfraquecimento da vogal final. De facto, sendo a terminação *-io* estranha ao árabe, cai, geralmente também, nos vocábulos adotados pelas populações moçárabes.

Fonte dos Alfanados (Viana do Castelo), **Fanadia** (Leiria), Vale **Fanado** (Beja) e **Fanates** (Coimbra) são alguns dos muitos topónimos relacionados com FANU ‘templo’ e com o verbo *fanar*, do latim FANARE ‘consagrar’, que, por influência hebraica, evoluiu semanticamente para ‘circuncidar’ e daí para ‘castrar, amputar’ —, sentido em que o verbo foi já usado por Fernão Lopes: «...mamdou tomar huus seis ou sete Portugueeses (...) e mandouhos todos deçepar das mãos e fanar dos narizes...» (*Crónica de D. João I, parte I, p. 382*).

Todos mantêm -N- intervocálico, apresentando o primeiro aglutinação de *al* e o último, conservação da surda intervocálica [t] e enfraquecimento da vogal final.

Alguns dicionários abonam *fanado* e *afanado* ‘cortado, mutilado; murcho, seco; extinto, morto’ e *fanar* ‘amputar, mutilar; cortar nas extremidades, aparar; murchar’; Corominas aduz o topónimo *Cerro Fano* numas coplas antigas, relacionando-o com o galego e com o português antigo *fanar* ‘cortar as orelhas ou os chifres a um animal’; e, no asturiano antigo, *fana* significava ‘desprendimento de terras’.

É, portanto, possível que estes topónimos se relacionem com as características do terreno ou com algum epíteto atribuído ao proprietário da terra, em virtude de alguma mutilação.

Será o caso de *Beco do Fanado*, pequena artéria de Coimbra, cujo nome deve ligar-se à alcunha (tornada apelido?) de algum dos seus antigos moradores.

Disseminados um pouco por toda a toponímia portuguesa, *Arneiro(s)*, *Arnado*, *Arnal*, *Arnela(s)* e *Arnosa* (além de inúmeros compostos) são nomes de lugar continuadores e derivados do latim ARENA ‘areia’, que também conservam -N- intervocálico, ao contrário das formas galego-portuguesas *areia*, *areal*, *areiro*, *areosa*..., também muito frequentes entre nós.

Espadana(s), *Espadanal*, *Espadanedo*, *Espadaneira(o)*, *Espadaneirinha* e *Espadanido* são nomes que, simples ou compostos, se encontram em todo o país.

Conservam o -N- intervocálico dos sufixos e derivam do latim SPATHA ‘espátula; espada’, reportando-se, provavelmente, à planta cujas folhas estreitas e compridas se assemelham a uma espada.

Fontanelas, *Fontana(s)*, *Fontanal* e *Fontanais*, bem como diversos compostos, são nomes que continuam o latim FONTANA ‘fonte’ e que estão presentes na toponímia dos distritos de Lisboa, Setúbal, Évora, Beja e Faro.

No seu *Glosario*, Simonet abona *fontána* e os diminutivos *fontanélla*, *fontanilla* e *fontinélla*; e Corominas refere os topónimos *Fontana* (inicialmente adjetivo *fontana aqua* ‘água da fonte’) e *Fontanal* ‘lugar de fontes’, também considerados moçarabismos por Sanchis Guarner, uma vez que conservam -N- intervocálico.

Moreno(s) e *Morena(s)*, em formas simples ou compostas, são topónimos disseminados pelo território nacional, ao Sul da Guarda.

Segundo Corominas, derivam de *mouro*, do latim MAURU ‘habitante da Mauritânia’, provavelmente através de *MAURENU. De facto, Simonet abona *maurino* e *moreno* ‘escuro’, bem como o apelido *Moreno*, onde se conserva o -N- intervocálico no sufixo -ENUS (este, segundo alguns autores, de origem pré-romana, eventualmente etrusca).

A família etimológica de *rã*, do latim RANA, está presente na toponímia, com -N- intervocálico conservado, em *Rana(s)* e seus compostos (Lisboa, Portalegre, Setúbal) e em *Quinta das Renelas* (Viseu) — variante do diminutivo *Ranelas* —, onde se verifica a assimilação da primeira vogal pela tónica.

Além da manutenção de -N- intervocálico, ocorre o enfraquecimento do timbre da vogal final em *Sine(s)* (Beja, Portalegre, Setúbal) e em *Messines* (Faro) e respetivos compostos — formas semanticamente aparentadas com *enseada*, do latim SINU ‘curva, concavidade, baía’.

Alpendrada (Setúbal) e *Alpendurada(s)* (Porto, Aveiro, Coimbra, Setúbal, Beja) são nomes de lugar derivados do latim PENDERE ‘pende’ e devem ter começado como adjetivos referentes à morfologia inclinada dos terrenos.

A aglutinação de *al* é evidente em ambos os topónimos e *Alpendurada(s)* apresenta anaptixe de [u], talvez reforçada pela analogia com *pendurado(a)*.

Carapinha(s), *Carapelhos*, *Carapinheira*, *Carapinhal* e *Carapeto(s)*, simples ou compostos, ocorrem com frequência no Centro e no Sul do país e, segundo J. J. Nunes, filiam-se em *CARPA / CARPINUS ‘espécie botânica arbustiva / arbórea’.

Podemos verificar a anaptixe de [a], amplamente documentada em fontes moçárabes, onde é bastante frequente o aparecimento de uma vogal entre consoantes.

A anaptixe de [a] está igualmente presente nos continuadores de CARVA ‘bouça; mata de carvalhos jovens’: *Caravalhosa* (Castelo Branco), *Caravela* e seus compostos (Bragança, Évora, Faro, Guarda, Vila Real, Viseu), *Quinta da Caravelinha* (Évora) e *Alcaravela* (Santarém). Neste último topónimo, verifica-se também a aglutinação de *al*.

Alportel, *São Brás de Alportel* (Faro) e *Portel* (Beja, Évora) são diminutivos que radicam no baixo latim PORTELLU, diminutivo de PORTU ‘abertura, passagem; entrada de um porto’, podendo assumir, nestes contextos, os sentidos de ‘alfandega’ e / ou de ‘passagem estreita entre montanhas’.

Apresentam apócope da vogal final do sufixo *-el* (do latim -ELLU) e *Alportel*, a aglutinação de *al*.

A apócope da vogal final do sufixo *-el* está também patente em *Ponta do Espichel* (Leiria) e em *Cabo Espichel* (Setúbal), nome derivado de **espiche* / *espicho* — originário do cruzamento do latim SPECULA ‘atalaia’ e SPECULU ‘espelho’, à semelhança dos topónimos espanhóis *Espeja*, *Espejo*, *Espiel* e *Espiells*.

Pinhel (Guarda) é um continuador do diminutivo latino PINELLU (< PINU ‘pinheiro’), igualmente com apócope da vogal final do sufixo *-el* (< latim -ELLU).

Da mesma família etimológica de PINU ‘pinheiro’, há a registar **Pino Gordo** (Portalegre), **Cabeço do Pino** (Portalegre, Lisboa), **Vale do Pino** (Bragança) e **Pineiral** (Vila Real), nomes em que se conserva o -N- intervocálico simples latino.

O latim ALTARIU ‘altar; elevação onde se fazem sacrifícios’ é continuado, na nossa toponímia, pelo galego-português *outeiro*, que contrasta com a forma moçárabe *alter*, presente em **Alter do Chão** e em **Alter Pedroso** (Portalegre), onde se verifica a imela, passagem de [a] tónico a [e], bem como a apócope da vogal final.

Alvalade (Coimbra, Lisboa, Setúbal), **Fonte de Alvalade** (Beja) e **Alvalades** (Faro) são topónimos híbridos, documentados a partir de 933: *Albalat*, *Alualad*, *Alualati*.

Na sua base está a forma latina PALATIUM ‘palácio’, com influência do árabe *al-balat* ‘zona plana, chão’. Além da aglutinação do artigo árabe *al*, ocorre a substituição de [p] por [b] (posteriormente fricativado em [v]) e o enfraquecimento do timbre da vogal final em [e].

Na toponímia, o apelativo *alvalade* afasta-se do sentido clássico de ‘palácio’ para assumir o de ‘residência senhorial, casa de campo de fidalgo’, explicando-se, assim, o plural *Alvalades* e a frequência com que ocorre onde não seria esperado que se conservasse o significado etimológico.

Campo de Alvalade Grande e *Campo de Alvalade Pequeno* eram os nomes outrora dados aos atuais bairros do *Campo Grande* e do *Campo Pequeno*, nome conservado em *Praça de Alvalade*.

Balisa / Baliza (Castelo Branco, Beja, Portalegre, Setúbal) e **Beliche** (Faro), simples ou integrados em diversos compostos, são topónimos que Corominas admite serem continuadores moçárabes do latim PALUM ‘pau’ sufixado com -ICIUM, onde, além da conservação de -L- intervocálico, se verifica a sonorização da bilabial oclusiva surda inicial [p] em [b].

Em *Beliche*, observa-se também a africada palatal surda [ç] como resultado de CI latino.

Em **Chiqueiro** e em vários compostos (Aveiro, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda), está igualmente presente a africada palatal surda [ç] como resultado de CI latino.

De facto, Galmés de Fuentes afirma que *chiqueiro* se relaciona com a forma moçárabe *sirkáir* ‘choça; cabana; tugúrio’, continuadora do latim CIRCARIUM, derivado de CIRCA ‘cerca, cercado’.

Também Simonet abona o moçárabe *xircáir*, provavelmente de um adjetivo do baixo latim CERCARIU ou CIRCARIU, formado de CERCA ou CIRCA ou do latim CIRCU ‘cerco’.

Corcha(s) (Guarda, Beja, Faro), **Corcho(s)** (Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Setúbal) e **Várzea do Corchinho** (Beja), do latim CORTICE ‘cortiça’, também apresentam a mesma africada palatal surda [č], nestes casos resultantes de CE latino.

Refira-se que, no léxico comum, *corcho / corcha* se usam em várias regiões do nosso país com diversas especializações semânticas, dependendo dos objetos que designam e dos fins a que se destinam, por exemplo: ‘cortiça’, ‘caixote’, ‘cortiço’, ‘tábua para transportar argamassa’, ‘flutuador de cortiça’, ‘bucha de madeira’, ‘escudela de cortiça’...

Beja e Mombeja (Beja) são nomes de lugar que assentam no latim PACE.

De facto, a *Pax Julia* dos romanos era vulgarmente conhecida por *Pace*, com <c> a pronunciar-se [k], o que facilitou a sua passagem a [paka], pois, de acordo com a morfologia árabe, os topónimos eram, geralmente, femininos.

Por imela, o [a] da sílaba tónica passou a [e], tendo-se verificado também a substituição de [p] por [b] e de [k] por [g] que, posteriormente, se palatalizou em [j], resultando *Beja*.

O topónimo *Mombeja* é composto pelos elementos *mon* (= *monte*) e *Beja*.

Tejo, do latim TAGU, terá evoluído, nos dialetos moçárabes, para **Tajo* e *Tejo*, sofrendo o mesmo tipo de alteração fonética que ocorreu em *Beja*, isto é, a imela [a] > [e] e a palatalização [g] > [j].

Estes mesmos fenómenos fonéticos ocorreram em **Brejo(s)**, que se encontram em todo o país, em topónimos simples ou compostos, e em **Brejes** (Coimbra), bem como nos derivados **Brejoal** e **Brejoeira** (Viana do Castelo, Leiria, Santarém, Lisboa e Beja). Verifica-se ainda o enfraquecimento do timbre da vogal final, em *Brejes*.

Trata-se de nomes de lugar que assentam no latim *BRAGU ‘terreno pantanoso, alagadiço’, de origem celta.

Como apelativo, *brejo* documenta-se desde 1176 e a primeira abonação do topónimo *Bregium* regista-se em 1257.

Benavente (Guarda, Santarém, Portalegre) é um nome que continua *Aventi*, o genitivo do nome próprio românico *Aventus*, ao qual se aglutinou o nãçabe árabe *ben*.

O mesmo aconteceu em **Bordonhos** (Viseu), de que se conhecem as formas antigas (século XI) *villa de Iben-Ordonizi* / *Iban-Ordonis*, onde é bem visível a aglutinação deste nâçabe ao antropónimo latino *Ordonius*.

Viegas e diversos compostos (Beja, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Vila Real, Viseu, Santarém), **Pai Viegas** (Coimbra) e **Benega** (Setúbal) são representantes toponímicos do nome germânico romanizado *Egas* (da raiz *ekk* / *ekka* ‘ponta, corte, espada’), a que também se aglutinou o nâçabe árabe *ben*.

As formais mais antigas, *Benegas*, *Beniegas*, *Iben Egas*, *Iben Ecas*, *Ibeniegas*, *Egas iben*, *Veniegas*, *Venegas* e *Uenegas*, remontam aos séculos X e XI, havendo acrescentar, por curiosidade, *Uẽegas* (1278), com o til a assinalar a nasalidade deixada pelo desaparecimento do [n].

Em **Pai Viegas**, há a salientar a apócope de *-o* em *Pai* (< *Paio* < *Pelaio* < PELAGIU), que contrasta com a sua manutenção em *Paio*, nome muito abundante da nossa toponímia.

Em **Curvatos** (Beja), do latim CURVATU (particípio passado de CURVARE ‘dobrar, curvar’), verifica-se a manutenção da surda intervocálica [t].

Também a surda intervocálica [f] se conserva em **Defesa** e nos seus compostos, bem como em **Defesinha** (Beja, Évora, Portalegre, Setúbal, Faro).

Trata-se de topónimos que continuam o latim tardio DEFENSA (de DEFENDERE ‘proibir, vedar’). De facto, a ideia de proibição está presente na designação dos terrenos cercados de paliçadas, sebes ou muros e, a par de *Defesa*, nome prevalente no Sul, regista-se *Devesa* na toponímia setentrional.

Os nomes românicos acabados em *-ricus* originaram a terminação *-rigo* (do acusativo) e, mais frequentemente, *-riz* (do genitivo). Mas, especialmente ao sul do Tejo, verificou-se, em vários casos, a substituição de *-iz* por *-ique*, não sendo alheia a este fenómeno a frequência da terminação *-ique* em palavras árabes (*alambique*, *arrebique*, *tabique*, etc.) e a representação, em árabe (igualmente por *-ique*), das terminações românicas ou romanizadas *-icu* / *-ico* e *-ecu* / *-eco*.

É o caso de **Montachique** e **Cabeço de Montachique** (Lisboa) — *Monte Aiseque*, numa inquirição de D. Afonso III —, continuadores do antropónimo germânico *Agicus*, que apresentam a terminação *-ique* por *-icu*.

Manniko, **Mannic** e **Mennic** são formas antigas de **Manique**, que, simples ou em nomes compostos faz parte da toponímia do distrito de Lisboa.

Elas apontam para uma origem germânica e nelas é já visível a evolução fonética da terminação [iku] em [ik], a que, na grafia, corresponde *-ique*.

Em *Mourique* (Évora), representante do genitivo patronímico *Mauricii* (do latim MAURUS), verifica-se também a substituição de *-iz* por *-ique*, ao contrário do que acontece na toponímia do Norte, onde há várias ocorrências de *Mouriz(es)*.

Igualmente com alteração de *-iz* em *-ique*, *Ourique* (Beja), *Vila Chã de Ourique* (Santarém), *Campo de Ourique* (Coimbra, Leiria, Lisboa) e *Chão de Ourique* (Coimbra) são nomes de lugar que radicam no genitivo do antropónimo godo *Auricus* (de que se conhecem as formas antigas *Oric*, *Ouric*, *Ourich*, *Aurich* e *Aulich*) e que contrastam com *Oriz* (por vezes, também grafado *Ouriz*) — topónimo de Braga que mantém o genitivo em *-iz*.

Em *Monchique* (Braga, Porto, Setúbal, Évora, Faro) está também presente a típica terminação moçárabe *-ique*.

A localidade algarvia é referida, em textos árabes, como *Mordjîq* ou *Munt Sâquir* ‘a montanha sagrada’, e também conhecida pelos antigos como *Monte Cico*.

A aglutinação do elemento árabe (*wadi- >*) *ode-* ‘curso de água’ está patente em *Odeceixe* (Faro), continuador do latim SAXU ‘pequena pedra / rocha’, o que aponta para *Odesseixe* como grafia etimológica deste topónimo.

Também em *Odeleite* (Faro), do latim LACTE ‘leite’, se verifica o mesmo tipo de aglutinação.

Odeleite, tal como *Guadalete* (potamotopónimo espanhol da região de Cádiz), pode configurar uma situação de importação semântica seguida da tradução do empréstimo, uma vez que, na toponímia de Fez, se regista *uad al-laban* ‘rio de leite’.

Outros nomes de rios apresentam aglutinação do elemento árabe (*wadi- >*) *ode- / guad-* ‘curso de água’. É o caso de *Odemira* (Beja), radicado em *Mira*, nome de origem germânica, e de *Odiana / Guadiana*, rio a que os antigos chamavam *Ana(s)*.

A confirmar-se a origem pré-romana (ibérica?) do apelativo *ana* ‘rio’, onde assentará *Guadiana*, este hidrotopónimo significa, à letra, ‘rio rio’.

Plaina(s), *Plaine*, *Plaino*, *Plainada*, *Praina(s)*, *Praino(s)* (Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Vila Real, Viseu) são continuadores do latim PLANU / PLANA.

Nos quatro primeiros verifica-se a manutenção do grupo latino PL-; no segundo, o enfraquecimento do timbre da vogal final; e, nos últimos, a evolução L > [r], como também é típico nos moçarabismos.

Conclusão

Esta breve resenha permite compreender a importância da toponímia para o estudo dos dialetos moçárabes e das suas características linguísticas.

De facto, mais do que os escassos vocábulos presentes no léxico comum, que se configuram como moçarabismos (*almoço, amora, baliza, capacho, esfancar, fanico, granizo, manada, melancia, melão, mocho, moço, pepino, sangacho...*), os topónimos são testemunhos de uma “camada linguística” quase totalmente submersa pelos idiomas dos Reconquistadores do Norte, mas não completamente inerte.

Sem dúvida que o galego-português, ao deslocar-se para Sul, impôs os seus traços linguísticos, mas foi forçado a acompanhar a meridionalização da vida política e cultural portuguesa; e foi no Centro-Sul — onde se falavam dialetos moçárabes — que a língua portuguesa teve o seu eixo de gravitação, adquiriu a sua fisionomia e se constituiu como língua nacional.

O estudo da toponímia revela que o fenómeno moçárabe foi mais extenso e mais profundo do que se poderia imaginar, abrangendo, num grau bastante considerável, até mesmo as regiões mais setentrionais do país, que se julgavam "ao abrigo" de tal influência.

*(Comunicação apresentada no Instituto de Estudos Académicos para Séniores
no ciclo Testemunhos da presença Islâmica em Portugal,
a 10 de Fevereiro de 2015)*

Bibliografia

- ALVES, Adalberto, *A herança árabe em Portugal*. Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2001.
- AZEVEDO, Maria Luísa, *Toponímia moçárabe no antigo Condado Conimbricense*, <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/716>, 2005.
- CARVALHO, J. Herculano, *Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego*, in *Estudos Linguísticos*, 1º vol.. Coimbra: Atlântida, 161-170, 1973.
- COROMINAS, Juan, *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*, 4 vols.. Madrid, Gredos, 1954-1957.
- CORRIENTE CÓRDOBA, Federico, *El elemento árabe en la historia lingüística peninsular*, in *Historia de la lengua española*. Barcelona, Ariel, 185-206, 2004.
- CASTRO, Ivo, *Curso de história da língua portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1991.
- GALMÉS DE FUENTES, Álvaro, *Dialectología mozárabe*. Madrid, Gredos, 1983.
- LOPES, David, *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, in *Nomes árabes de terras portuguesas*. Lisboa, S. L. P. e Círculo David Lopes, 1968.
- MARSÁ, Francisco, *Toponímia de Reconquista*, in *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. I. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 615-646, 1960.
- MATTOS e SILVA, Rosa V., *Diversidade e Unidade: A Aventura Linguística do Português*, <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/diversidade.pdf>, 1988.
- NUNES, José J., *A vegetação na toponímia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.
- PICARD, Christophe, *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle)*. Paris, Maisonneuve e Larose, 2000.
- SANCHIS GUARNER, Manuel, *El Mozárabe Peninsular*, in *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. I. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 291-342, 1960.
- SANTOS, Maria José M., *Importação Lexical e Estruturação Semântica. Os Arabismos na Língua Portuguesa*. Coimbra, FLUC, 1980.
- SIMONET, Francisco J., *Glosario de voces ibéricas y latinas usadas entre los mozárabes*. Madrid, Establecimiento Tipográfico de Fortanet, 1889.

- TORRES, Cláudio, *Os rituais da vida e da morte*, in MATTOSO, José (dir. e coord.), *História de Portugal*, I. Lisboa, Editorial Estampa, 405-415, 1993.